



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 20

MANDATO 2021/2025

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Pedido de renúncia ao mandato apresentado pela Membro Sónia Maria Bacelar Brochado Coutinho, eleita pelo PAN Pessoas Animais Natureza – Apreciação e decisão de acordo com o previsto no n.º 7, do art.º 76.º, da Lei n.º 169/99, de 12 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; -----
- 2 - Intervenção do público; -----
- 3 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

- 1 – Aprovação da ata da sessão realizada no dia 28.02.2023. -----
- 2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----
 - 2.1 - Relatório e Contas Consolidadas do Município de Valongo, do Ano 2022; -----
 - 2.2 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023; -----
 - 2.3 - Plano de Alinhamentos para a Rua Sousa Viterbo em Valongo; -----
 - 2.4 - Proposta de Adenda aos autos de transferência e de recursos celebrados com as Freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril; -----
 - 2.5 - Procedimento por consulta prévia para fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT), incluindo as instalações de iluminação pública (IP), ao abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade, celebrado pela Central de Compras da LIPOR, por um período máximo de 24 meses; -----
 - 2.6 – Casa da Democracia Local – Autorização Prévia da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----
 - 2.7 - Concessão de Ocupação do Domínio Público para Instalação e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano no Município de Valongo; -----
 - 2.8 - Proposta de Celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com a União Desportiva Valonguense – UDV. -----
- 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Paulo Miguel da Silva Santos, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Maria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Manuela Rocha, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria João Esteves Magalhães. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Daniel Filipe Alves Felgueiras, Esperança Maria de Oliveira Teixeira, Mário Rui Oliveira Monteiro e Rui Alexandre Sévola Abreu sendo substituídos, respetivamente, por André Diogo Pereira Teixeira, Daniel Filipe Pinto Moreira, Patrícia Maria Marques Maia e Pedro Miguel Fernandes Teixeira. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 1 – Pedido de renúncia ao mandato apresentado pela Membro Sónia Maria Bacelar Brochado Coutinho, eleita pelo PAN Pessoas Animais Natureza – Apreciação e decisão de acordo com o previsto no n.º 7, do art.º 76.º, da Lei n.º 169/99, de 12 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que não se iria pronunciar as razões que justificaram o pedido da Membro Sónia Coutinho, mas o tempo em que esteve como Membro da Assembleia fez tudo para conseguir levar avante as suas intenções e vontades. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir, não se verificaram intervenções. -----

De seguida concedeu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **João Paulo da Silveira Nunes**, fez a seguinte intervenção: -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio congratular o executivo da Câmara Municipal pela ressonante decisão de conceder um apoio pontual às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Valongo e de Ermesinde. -----

Como todos sabemos, e é unânime, estas instituições são de grande importância no nosso Concelho e prestam um papel crucial no dia a dia das nossas populações. -----

Como tal, necessitam dos meios adequados para dar resposta às solicitações, que normalmente nesta altura do ano tendem a ser maiores. Acontece que estes meios são de elevado custo para as instituições, que dependem muito de donativos para fazer face às necessidades. Por esse facto, é de salutar a intervenção da Câmara que, ao ter conhecimento das lacunas existentes em cada uma das Associações referidas anteriormente, prontamente decidiu atuar, através da atribuição de um subsídio pontual a cada uma, no valor de 40.350€, demonstrando desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

forma que está atenta e próxima das instituições do Concelho e que não se inibe de ter um papel decisivo quando se trata de resolver os problemas que vão sendo identificados. -----

Entendemos que é assim que deve de ser e que por isso não queríamos deixar de assinalar esta forma de trabalhar. -----

O Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, **André Diogo Pereira Teixeira**, apresentou um Voto de Louvor. -----

Voto de Louvor -----

Martinho Fernando da Silva Abreu nasceu a 16-03-1942 na freguesia de Campo, Valongo. -----

À semelhança de muitos outros na sua época, as humildes condições da família de origem a par de uma relativa desvalorização do sistema de ensino formal determinaram o precoce termo do processo de escolarização, logo após a conclusão do 4.º ano, e início da vida ativa. -----

Encontrou nas artes designadamente na música (foi durante anos músico na Banda da sua terra natal), no teatro (como ator e ensaiador em diversas coletividades) e na poesia uma forma alternativa de expressão das suas potencialidades e talento, em jeito de compensação pelas oportunidades que a vida lhe cerceou. -----

Foi em particular nesta última forma de expressão artística (poesia) que obteve maior notoriedade. -----

Aos 15 anos, movido pela curiosidade e pela popularidade que então caracterizava o concurso de quadras populares promovido pelo Jornal de Notícias a propósito das festas de S. João, enviou os seus primeiros escritos a este concurso. -----

Interromperia esta forma de expressão poética por via do cumprimento do serviço militar obrigatório, apenas retomando este hábito, de que se tornou especialmente adepto, por volta dos 30 anos de idade, já depois de casado. -----

Em 1974, com 32 anos de idade, viu pela primeira vez premiadas, com menções honrosas, 2 das quadras que enviou. Ao longo dos anos seguintes e até à atualidade produziu centenas de escritos desta natureza, exibindo invulgar mestria na arte de encerrar, no espartilho de 4 versos de 7 sílabas, histórias, pensamentos e emoções de assinalável complexidade. -----

Veria publicadas, na primeira página do Jornal de Notícias, ao longo dos anos, inúmeras quadras premiadas (para além de dezenas de menções honrosas), tendo vencido tal concurso em 1996 e no presente ano de 2023. Será, muito provavelmente, o poeta popular mais prolífero e premiado neste concurso! -----

A par desta particular forma poética (quadra) com que, com idêntico sucesso, concorreu e venceu outros certames (como é o caso das quadras de S. Martinho, organizado pelo Jornal “Notícias de Penafiel”) Martinho Abreu deu expressão ao seu talento através de outros desenhos literários, em forma de rima, de natureza mais complexa, como é o caso do soneto. -----

Tem, ao longo dos anos, colocado a título gracioso com inúmeras coletividades e associações do Concelho de Valongo, na escrita de poemas, hinos e diferentes formas de escrita com finalidade diversa. -----

Uma reduzida, mas significativa parte do seu vasto reportório literário consta do livro “A minhas memórias”, publicado em outubro de 2011. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Face ao exposto, os membros do PSD na Assembleia Municipal de Valongo propõem a esta Assembleia Municipal, reunida em 30 de junho de 2023, que delibere homenagear e saudar o munícipe Martinho Fernando da Silva Abreu, com um Voto de Louvor pelos serviços extraordinários prestados no domínio da cultura, em particular na poesia. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, apresentou uma Recomendação. -----

Recomendação

Em defesa do alojamento Local -----

Considerando que: -----

a) No seguimento de uma alteração legislativa apresentada recentemente, o Governo da República, com o pretexto de resolver o problema do acesso à habitação, propôs medidas (designadamente, do ponto de vista fiscal) que constituem um verdadeiro ataque ao sector do alojamento local, criando a ilusória e falsa ideia de que será a alteração do uso dos imóveis alugados a esta atividade que permitirá resolver o problema da habitação; --

b) No pacote legislativo “Mais Habitação”, consta uma proposta nos termos da qual os imóveis que funcionem hoje como alojamento local e que os proprietários optem por disponibilizar para arrendamento de longa duração, vão beneficiar de uma isenção de IRS sobre as rendas até 31 de dezembro de 2030, desde que o contrato de arrendamento seja assinado até 31 de dezembro de 2024; -----

c) Ainda na mesma proposta, que está neste momento em discussão na Assembleia da República, prevê-se igualmente, acerca do alojamento local, a criação de uma contribuição extraordinária que incide sobre a afetação de imóveis habitacionais (aqueles que possuam frações autónomas ou partes suscetíveis de utilização independente, de cariz habitacional), com a aplicação de uma taxa anual de 20%, destinada ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, permitindo-se à assembleia de condóminos opor-se ao alojamento local no prédio; -----

d) Nos últimos 10 anos, a dinâmica que o sector do alojamento local imprimiu à atividade turística em Portugal permitiu não só a reabilitação de inúmeros imóveis degradados e abandonados nos centros das grandes cidades (sobretudo, em Lisboa e Porto), mas também a colocação no mercado legal de arrendamento turístico de inúmeros imóveis, que até então engrossavam o fluorescente mercado das “camas paralelas”, que era e ainda é um verdadeiro “offshore fiscal”; -----

e) Tal atividade, além de gerar emprego, indireto, receita fiscal, negócio para atividades associadas – como a construção e os serviços - receita para os proprietários dos imóveis, que assegura a conservação dos mesmos, permite, animar a economia local, designadamente, nos centros históricos das cidades, combatendo a sazonalidade do turismo; -----

f) A atividade turística – com uma grande contribuição do alojamento local – tem sido o grande sustentáculo do crescimento económico do nosso país nos últimos anos, mostrando, por exemplo, um estudo recente da Universidade Nova de Lisboa. (https://expresso.pt/economia/economia_turismo/2023-06-06-Turistas-hospedados-em-alojamento-local-gastaram-mais-de-8-milhões-em2019-f59e58ea) que, em 2019, os turistas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

hospedados em alojamento local gastaram em Portugal cerca de 8.000 milhões de euros, ou seja, o equivalente a 4% do PIB português; -----

g) A resolução do problema da habitação em Portugal não deve passar por medidas populistas e temerárias, como este ataque ao alojamento local, que não irão resolver o problema, já que o destino desses imóveis será, em muitos casos, os arrendamentos paralelos e não o mercado de arrendamento de longa duração, mas antes e sim um por investimento público forte e pela implementação de políticas que criem condições económicas e fiscais para a existência de um verdadeiro mercado de arrendamento habitacional de longa duração, com um forte papel das autarquias locais; -----

h) O Governo pretende, com esta proposta, demonstrar aos olhos da opinião pública que está a tentar resolver o problema da habitação em Portugal, mas, na verdade, fá-lo à custa do investimento e da iniciativa económica de muitos proprietários, que investiam na reabilitação dos imóveis e numa atividade económica de sucesso incerto, acenando-lhes agora com uma “borla fiscal” que pouco ou nada contribuirá para a resolução do problema ou com uma sobretaxa de 20%, que irá apenas contribuir para acabar com o alojamento local; -----

i) No caso concreto de Valongo, com a procura existente e os preços cobrados no alojamento local, a eficácia de uma proposta como esta, ao nível do mercado de arrendamento, será residual ou até nula, já que os proprietários certamente preferirão abdicar da isenção de impostos e manter o seu imóvel no mercado turístico, embora seja expectável que em muitos casos os imóveis voltem ao mercado paralelo, ilegal e livre de impostos;

j) Ainda que sucedesse o contrário, o esmagamento da atividade do alojamento local iria implicar uma machadada na atividade do turismo, ameaçando seriamente muitos empregos diretos e indiretos e, em certa medida, o crescimento da economia; -----

k) A existência do alojamento local não é inimiga nem um entrave à existência de um mercado de arrendamento habitacional robusto e dinâmico, a exemplo do que sucede em muitos países do centro e norte da Europa, onde ambas as realidades coexistem sem antagonismo; -----

l) Enfim, que o licenciamento do alojamento local é uma competência própria dos municípios, não deve o Governo adotar políticas e/ou medidas fiscais que possam pôr em causa tal atividade, pelo menos, sem a uma participação ativa dos municípios; -----

Desta forma, o Grupo Municipal do CDS/PP Valongo, recomenda à Câmara Municipal de Valongo que: -----

a) Manifeste a sua solidariedade para com os empresários, investidores e trabalhadores do setor do alojamento local no concelho de Valongo, assinalando o seu relevante contributo no reforço da atividade turística no nosso Concelho; -----

b) Manifeste a sua firme oposição às propostas do pacote legislativo “Habitação Mais” que põem em causa o negócio e atividade económica do alojamento local, tendo em conta os mais que previsíveis efeitos extremamente nefastos das mesmas na referida atividade; -----

c) Exortar os partidos políticos com assento na Assembleia da República a alterarem tais propostas, em sede de discussão parlamentar do referido diploma legal, no sentido de não penalizar, do ponto de vista fiscal, os proprietários que optem por destinar os seus imóveis ao alojamento local em detrimento do arrendamento de longa duração. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que em dezembro de 2020, a Câmara Municipal respondeu à questão levantada pela CDU acerca da Rua de Cabeda em Ermesinde, que era conhecimento da autarquia a necessidade de se proceder, no âmbito do PMAT – Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, à implementação de medidas de acalmia para a redução das velocidades praticadas, que em 2021 estariam esses trabalhos terminados. Na rua de Cabeda apenas foi colocada uma passadeira sobrelevada em 2023 e nada mais foi implementado com o objetivo de melhorar a segurança rodoviária. Assim, gostaria de saber o que está previsto para essa rua. -----

Disse de seguida que o estado em que se encontram os arruamentos da cidade de Ermesinde, deve de ser motivo de preocupação e razão suficiente para uma intervenção de fundo por parte da Câmara Municipal. Em diversas ruas surgem pequenas reparações, que mais não são mais que remendos e que empurram o problema para a frente e não o solucionam. -----

Na rua Rodrigues de Freitas, um eixo estruturante da cidade, foram tapados alguns buracos, mas o seu estado continua caótico, com abatimentos por todo o lado nomeadamente junto às tampas de saneamento. Questionou para quando a sua reparação. -----

Quanto à requalificação das escolas do Concelho, gostaríamos de saber para quando está prevista a obra da Escola Secundária de Valongo; para quando está prevista a reabilitação do bloco que não foi contemplado nas obras iniciais da Escola Secundária de Ermesinde; se estão previstas intervenções de manutenção da Escola Básica S. Lourenço e da Escola Básica D. António Ferreira Gomes. -----

Tendo em consideração a projeção da Festa das Bugiadas e Mouriscadas de Sobrado conseguido pela Comissão de Festas de São João de Sobrado, gostariam de saber se o processo de candidatura da Bugiada e Mouriscada a Património Cultural Imaterial Nacional e Internacional, que já foi iniciado há anos e reiniciado da última vez através de um protocolo de Investigação com a Universidade do Minho, vai avançar e quando irá acontecer. ----

De seguida fez uma recomendação sobre a inexistência de um lugar de estacionamento junto ao edifício da Junta de Freguesia de Sobrado. -----

O acesso ao edifício da Junta de Freguesia em Sobrado, para os diversos serviços que esta Instituição, presta aos cidadãos daquela área, assim como o acesso à Caixa Multibanco que se encontra instalada no edifício, justificava-se a existência de um lugar de estacionamento de veículo para pessoas de mobilidade reduzida. Nesse sentido, a CDU recomenda: -----

Que a Câmara Municipal de Valongo estude a possibilidade de o mais próximo possível daquele edifício, criar um lugar de estacionamento para veículos de pessoas com mobilidade reduzida. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, apresentou a seguinte Moção: -----

Moção -----

Dia Internacional do Serviço Público -----

Através da Resolução n.º 57/277, a Assembleia Geral das Nações Unidas de 20 de dezembro de 2002 designou o dia 23 de junho como o Dia Internacional do Serviço Público. No mesmo documento encorajam-se os Estados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Membros a celebrar aquela data para salientar o contributo dos serviços públicos no desenvolvimento das sociedades. -----

Vinte anos depois, o reconhecimento da importância dos serviços públicos tem ainda mais sentido, já que durante a pandemia e no período que se seguiu, os profissionais da saúde, da educação, da segurança social e doutras áreas da função pública desempenharam um papel fundamental no apoio às pessoas afetadas, asseguraram o bom funcionamento da sociedade, ajudaram à concretização dos direitos à educação, mobilidade, saúde e cuidados. E hoje muitos trabalhadores/as continuam a lutar para prestar serviços públicos de qualidade, para construir sociedades inclusivas, que colocam o bem-estar de todos, não de apenas alguns, no centro da sua atividade. -----

Não deixaram de soprar os ventos neoliberais exaltando sistematicamente as pretensas virtudes do mercado e apresentando o Estado como “mau gestor”, defendem a liberalização, desregulação e privatização dos serviços públicos. Onde tais ideias foram aplicadas, as consequências foram desastrosas: fratura social entre os que têm ou não acesso aos serviços, crescimento das desigualdades, aumento do gasto público e degradação da qualidade dos serviços, como ocorreu, por exemplo, na privatização dos aeroportos, dos correios, da produção e distribuição de energia. -----

As políticas de austeridade impulsionadas pela União Europeia após a crise financeira de 2008 cortaram o financiamento dos serviços públicos, diminuindo o número de efetivos e condenando quem trabalha na administração pública a contratos precários e a baixas remunerações, enfraquecendo a sua capacidade de resposta às necessidades sociais. Agora, a redução da dívida ou cortes orçamentais não podem mais ser as propriedades das prioridades. Investimento nos serviços públicos tem que ser o caminho. É preciso combater o uso indevido de recursos públicos, evitar a fuga aos impostos, a violação das normas ambientais ou a exploração de quem trabalha. Também são fundamentais o bom funcionamento do sistema judicial e das entidades responsáveis pelo combate à concorrência desleal e à corrupção. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, na sua reunião ordinária de 30 de junho de 2023, delibera: -----

1 - Saudar os 20 anos do Dia Internacional do Serviço Público e a contribuição das trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos da saúde, educação, segurança social, transportes e outros setores de atividade na resposta às necessidades das populações; -----

2 - Defender a importância do papel do Estado em setores estratégicos como a água, energia, habitação e transportes e na prestação de serviços públicos de qualidade e proximidade. -----

De seguida apresentou uma segunda Moção: -----

Moção -----

Há 65 anos, Humberto Delgado fez tremer a ditadura salazarista -----

Em 8 de junho de 1958 realizaram-se eleições para a Presidência da República, em que participou Humberto Delgado, candidato da oposição ao regime fascista. A sua coragem e determinação gerou uma enorme mobilização popular e entusiasmou muitos milhares de portugueses que o consagraram como um grande combatente contra a ditadura de Salazar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Humberto Delgado tinha a sua campanha em 10 de maio. Em resposta à pergunta dum jornalista sobre o que faria se ganhasse as eleições, respondeu com a frase “Obviamente, demito-o”, afrontando diretamente o ditador Salazar. Percorreu vários locais do país, com manifestações de adesão popular nunca antes vistas. -----

Nas eleições de 8 de junho o regime fascista de Salazar levou a cabo uma gigantesca fraude eleitoral, na formação dos cadernos eleitorais, na impressão e distribuição dos votos, na realização do ato eleitoral. Para intimidar a população, nas vésperas da eleição foram feitas inúmeras prisões. Grande parte da população foi impedida de exprimir nas urnas a sua vontade. 15 anos depois, em 1973, o recenseamento eleitoral no regime de Salazar não chegava sequer a 1.800.000 pessoas, número que se deve comparar com mais de 6.300.000 inscritos nas primeiras eleições para a Assembleia Constituinte após o 25 de Abril de 1974. -----

Mais tarde, em 13 de fevereiro de 1965, Humberto Delgado foi brutalmente assassinado pela polícia política (PIDE), a mando de Salazar. -----

Num tempo em que a extrema-direita quer restaurar as ideias do fascismo, é urgente lembrar que os regimes fascistas têm como marca o arbítrio, a representação, a ilegalidade, a exploração, o desprezo pelos direitos fundamentais das pessoas, o impedimento da livre expressão da vontade popular. -----

Tendo em conta a importância de não ser apagada a memória de um dos mais significativos acontecimentos políticos ocorridos antes da manhã libertadora do 25 de Abril de 1974, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 30 de junho de 2023, delibera: -----

- Lembrar a extraordinária adesão do povo português à candidatura presidencial de Humberto Delgado em junho de 1958 e incitar a que se mantenha os seus ideais de democracia e liberdade. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que um dos pontos da Ordem de Trabalhos tem a ver com a Casa da Democracia Local e, tendo em conta as últimas notícias, gostaria de levantar algumas questões. -----

O partido CHEGA, na campanha eleitoral, opôs-se à construção desse edifício por considerarem uma obra megalómana, estavam em período de crise agravada pela pandemia. -----

Quando assumiu funções, em 2021, no seu entender não fazia sentido avançar com uma obra daquele valor e natureza, entretanto a Assembleia decidiu a realização da obra. -----

Posto isso é seu desejo que a construção decorra da melhor maneira possível e o mais rapidamente possível, pois quanto mais entaves, adiamentos e atrasos existirem mais penalizados serão os contribuintes valonguenses. Assim questionava se, à presente data, o valor total do processo da Casa da Democracia Local atingirá, e ultrapassará, os 20 milhões de euros, não só a construção, mas desde o estudo prévio, levantamento topográfico, projetos de execução, a maquete, imagens 3D que foram realizadas, equipamentos informáticos, mobiliário, entre outros, bem como em termos globais quanto é que já foi gasto. -----

Relativamente à construção gostaria de saber qual o valor que foi pago ao empreiteiro que estava a executar a obra, qual o valor já gasto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Perguntou de seguida que garantias é que a Câmara Municipal tem de que a deliberação do Tribunal Ihe seja favorável, e não ao empreiteiro, na medida em que o empreiteiro, também, já moveu uma ação contra a Câmara Municipal. -----

No caso de a Câmara vir a ganhar a ação contra o empreiteiro qual o valor que estima que possa recuperar daquilo que já foi pago a título indemnizatório. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que entre os dias 16 e 18 de junho de 2023, realizaram-se em Valongo espetáculos do Circo Vitor Hugo Cardinali, com a utilização de animais selvagens, chegaram-lhes mensagens de munícipes que foram assistir ao espetáculo e verificaram a utilização de elefantes. A posse de elefantes está proibida pela Portaria n.º 86/2018, de 27 de março, pelo que se verificou uma contraordenação em pleno território de Valongo. Verificaram, por isso, que o executivo não tem preocupação em ser pioneiro na proteção da exploração de animais selvagens. Assim, questionava se o Circo forneceu à Câmara ou outras instituições do Concelho bilhetes; qual foi o valor pago pelo Circo relativamente ao espaço onde estiveram; quais os custos veterinários existentes para a avaliação do estado de saúde dos animais. De seguida apresentou uma Moção. -----

Moção -----

Espetáculos de circo sem exploração animal -----

A Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, foi um passo importante para evitar a exploração animal nos espetáculos, principalmente em circos. Apesar da Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro apenas impedir a utilização de animais selvagens nos circos e incluir um período de transição que pode ir até 2025, vários municípios têm sido exemplo na proteção dos animais em circos, impedindo que circos que utilizam animais não efetuem os espetáculos nos seus territórios. No entanto, os animais selvagens cuja detenção está proibida é estabelecida pela portaria 86/2018, de 27 de março. -----

Em Valongo, continua-se a verificar inação quanto á utilização de animais irracionais em circos. Não é preocupação deste executivo, que no Concelho se continuem a verificar espetáculos de circo em que a exploração animal para divertimento das pessoas esteja presente. -----

Se pretendemos ter um município que lidere na causa animal, precisamos de seguir os bons exemplos testemunhados em outros concelhos do país. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão do dia 30 de junho de 2023, delibere ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido de: -----

1. Impedir que os espetáculos de circo em que se utilizem animais irracionais, sejam realizados no Concelho de Valongo. -----

Disse de seguida que o Grupo Municipal do PAN tem vindo a receber preocupações dos munícipes quanto ao abate de árvores e podas agressivas, nomeadamente o abate de árvores na Escola Secundária de Valongo e podas agressivas na Santa Rita. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quanto ao abate de árvores, na Escola Secundária de Valongo, estão cientes que era urgente a realização de obras na escola para o bem-estar dos alunos, dos docentes e funcionários do estabelecimento de ensino, só não entendem, assim como não aceitam o abate das árvores, pois as mesmas foram abatidas de forma escondida, durante a noite e fim-de-semana. -----

Quanto às podas agressivas, na zona onde se montaram os equipamentos de diversão para as festas em Honra de Santa Rita, verificaram que estas foram efetuadas fora do período habitual e de modo a permitirem a instalação de estruturas de diversão, de venda ao público. As podas efetuadas para além de impedirem o correto crescimento das árvores, destruíram edificações de aves, retiraram zonas de sombras aos habitantes e diminuíram a impermeabilização sonora e visual às habitações da zona. Neste sentido pretendem saber quais os critérios que foram considerados para o abate das árvores na Escola Secundária de Valongo e para as podas efetuadas na Santa Rita. -----

Seguidamente apresentou uma Moção. -----

Moção -----

Gestão do Arvoredo Urbano -----

Nos últimos anos tem-se verificado com frequência a realização de trabalhos por parte dos serviços locais, de podas agressivas no arvoredo urbano, que levantam várias questões quanto aos critérios utilizados e quanto à formação existente dos colaboradores que efetuam estas podas. -----

Para além das podas agressivas, o arvoredo urbano tem sofrido também pelo abate de árvores, que mais uma vez levam em conta critérios que não dão prioridade à conservação destes seres vivos de crescimento lento e essenciais para a renovação do ar da nossa terra a desenvolvimento da fauna citadina. -----

Uma ferramenta que viria apoiar o executivo a efetuar uma correta gestão do arvoredo urbano e a evitar a existência de podas e abates desmedidos, seria o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, que está previsto pela Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto de 2022. Ora como já explicado por este executivo, em resposta ao requerimento colocado pelo Grupo Municipal do PAN, o regulamento está a aguardar a conclusão do PDM para que seja finalizado. -----

Face ao atraso burocrático quer na elaboração do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano por parte do Município como na elaboração do Guia de boas práticas para a gestão do arvoredo urbano por parte do ICNF, o Grupo Municipal do PAN considera que é urgente avançar-se com medidas que mitiguem a má gestão do arvoredo Urbano. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão do dia 30 de junho de 2023, delibere ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido de: -----

- 1- Providenciar meios para a formação de arboristas, técnicos credenciados para a execução de operações de manutenção de arvoredo; -----
- 2- Tornar públicos, com a publicação no Website da Câmara Municipal de Valongo, os resultados dos testes fitossanitários realizados às árvores; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

3- Nas obras em que esteja previsto o abate de árvores, tornar públicos os critérios considerados para a justificação do abate; -----

4- Priorizar a manutenção e conservação das árvores face a eventos de entretenimento, impedindo a instalação de estruturas que danifiquem o arvoredo urbano. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que a sua intervenção iria incidir sobre suas grandes áreas do município a educação e a juventude. -----

Relativamente à juventude, Valongo, foi mais uma vez, distinguido pelo Comité de Validação da Rede da Federação Nacional das Associações Juvenis, que deliberou, por unanimidade, a atribuição do Selo Município Amigo da Juventude, na categoria Cinco Estrelas. -----

Valongo, é um dos 15 municípios que cumpre a totalidade de critérios definidos pela Federação Nacional das Associações Juvenis, estrutura que representa mais de 1000 associações juvenis, com base local e regional em Portugal e que movimentam cerca de meio milhão de jovens. -----

A Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, fundada em 2020, surge da necessidade de perspetivar as políticas de juventude e a própria ação do movimento da iniciativa juvenil de uma forma transversal e intersectorial, funcionando como uma plataforma de contacto para mais de 150 municípios já inscritos, que pretendem impulsionar a movimentação de políticas de juventude estruturantes, sustentáveis e articuladas com a estratégia e visão dos e das jovens. -----

A distinção de Valongo como o município amigo da Juventude muito os orgulha, na medida em que isso é sinal de que estão a trabalhar no caminho certo, no que à juventude diz respeito. Mas, também têm consciência de que o estão a fazer quando olham para o Parque Escolar. -----

Não podem negar o atraso em que o parque escolar do Concelho se encontrava há 10 anos, onde foram o único Concelho da Área Metropolitana do Porto incapaz de conseguir uma requalificação junto do Estado Central. -----

Terem sido eleitos e continuar sem fazer nada seria o maior atentado à dignidade das crianças e jovens que frequentam as escolas do Concelho, por isso ficam satisfeitos, que desde 2013, os diferentes executivos do PS tenham estado a cumprir aquilo que é quase um imperativo ético de requalificar as escolas, tornando-as mais modernas, agradáveis e sobretudo dignas. -----

Estão em 2023, e neste momento têm o seguinte cenário: -----

Escola Secundária de Ermesinde, requalificada, com o projeto de requalificação do pavilhão de mecânica a ser elaborado. -----

Escola Básica Vallis Longus, praticamente requalificada. -----

Obras de requalificação da Secundária de Valongo, já iniciaram. -----

Um conjunto alargado de escolas no mapeamento acordado, entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo, com projetos em elaboração para que possam ser feitas as candidaturas, quando forem abertos os avisos de financiamento: a escola Básica de Alfena, a escola Básica de São Lourenço, a Escola Básica D. António Ferreira Gomes; a escola Básica de S. João de Sobrado e a escola Básica e Secundária de Campo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que como é do conhecimento o PSD sempre demonstrou preocupação quanto à construção da Casa da Democracia Local, em que já na altura o PSD apontava para um custo de 20 milhões de euros, ou seja, o PSD tinha razão, pois, provavelmente, os 20 milhões de euros não irão chegar. -----

Já se gastaram 3 milhões de euros, agora precisam de 14 milhões de euros, são 17 milhões de euros, mais o terreno que foi 1 milhão de euros, agora mais um terreno de 1 milhão e 800 mil euros, já soma 20 milhões de euros. -----

Disse que empréstimo que tinha sido feito cessa e anulação ou revogação do contrato, perguntando se não seria possível aproveitar esse empréstimo dado que a obra vai continuar. -----

Questionou, ainda, se as medições que constavam no caderno de encargos estavam corretas, bem como se o empreiteiro com o qual se resolveu o contrato foram ou não as contratualizadas e que está previsto em termos de montantes. -----

Tomou conhecimento que os vereadores eleitos pelo PSD em reunião de Câmara propuseram que fosse feita uma auditoria externa, que na sua opinião seria uma boa alternativa até para terem meios para enfrentar o empreiteiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à rua Rodrigues de Freitas está previsto avançar, este ano, com a pavimentação. -----

Quanto à Escola Secundária de Valongo as obras já avançaram, a Escola Secundária de Ermesinde já tem o projeto para o pavilhão e contam avançar com essa intervenção, estão a ser feitos os projetos para a Escola D. António Ferreira Gomes, Escola de São Lourenço, Escola Básica de Alfena, de Sobrado e de Campo. Estão a falar do maior pacote de obras na história do Concelho para a educação. -----

A obra da Escola Vallis Longus está a terminar. -----

Sobre a questão do multibanco em Sobrado, existem dois multibancos, sendo um no Espaço Cidadão onde existe estacionamento. -----

Quanto ao Circo informou que a Câmara não recebeu quaisquer bilhetes, quanto ao licenciamento terá de questionar os serviços. -----

A Vereadora, **Ana Maria Martins Rodrigues**, disse que relativamente à inscrição da Festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado no Inventário Nacional de Património Imaterial, já foi submetida, entretanto a Direção Geral do Património pediu esclarecimentos que foram tratados e trabalhados entre a Associação, a Câmara e a Junta de Freguesia, mas teria de haver uma alternativa à utilização da pólvora, a Direção Geral de Património não aceita a inscrição com a utilização de pólvora. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem do Dia, tendo sido aceite. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida colocou à discussão 1 – Aprovação da ata da sessão realizada no dia 28.02.2023, não se tendo verificado intervenções colocou à votação e foi **aprovada, por unanimidade**, pelos presentes na referida reunião. Colocou à consideração da Assembleia a alteração da Ordem do Dia, tendo sido **aceite, por unanimidade**, ficando com a seguinte disposição: -----

1 – Aprovação da ata da sessão realizada no dia 28.02.2023. -----

2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----

2.1 - Relatório e Contas Consolidadas do Município de Valongo, do Ano 2022; -----

2.2 - Proposta de Adenda aos autos de transferência e de recursos celebrados com as Freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril; -----

2.3 – Casa da Democracia Local – Autorização Prévia da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

2.4 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023; -----

2.5 - Plano de Alinhamentos para a Rua Sousa Viterbo em Valongo; -----

2.6 - Procedimento por consulta prévia para fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT), incluindo as instalações de iluminação pública (IP), ao abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade, celebrado pela Central de Compras da LIPOR, por um período máximo de 24 meses; -----

2.7 - Concessão de Ocupação do Domínio Público para Instalação e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano no Município de Valongo; -----

2.8 - Proposta de Celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com a União Desportiva Valonguense – UDV. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.1 - Relatório e Contas Consolidadas do Município de Valongo, do Ano 2022. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, perguntou o que significa o resultado líquido negativo em 2 milhões de euros, e até que ponto esse resultado e o aumento da dívida pode condicionar os investimentos futuros no Concelho. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, disse que relativamente ao Relatório e Contas de 2022 mostra que as estratégias de gestão do executivo têm vindo a comprometer de alguma maneira o desenvolvimento futuro do concelho de Valongo. -----

No que diz respeito à receita predominaram, uma vez mais, as transferências da Administração Central, as candidaturas aprovadas a fundos comunitários e, infelizmente, empréstimos contraídos na banca e a outro tipo de sociedades financeiras, tudo isso se vai pagar, ou vai-se pagando. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Salienta-se a necessidade de diversificar as fontes de receita corrente, como a rentabilização do património detido pela Câmara Municipal de Valongo e atrair a fixação de mais empresas, no concelho. -----

No que diz respeito à despesa houve algum decréscimo a nível de aquisição de bens e serviços em relação a construções diversas, intervenções em infraestruturas de base como viadutos, arruamentos e outro tipo de obras complementares, ou seja, tudo que é infraestruturas de base novas e até a manutenção das existentes verão comprometida a sua funcionalidade de alguma forma devido a alguma falta de investimento cabal para a concretização. Para isso basta ver o estado das estradas municipais, arruamentos e passeios. -----

A manter-se essa tendência de desinvestimento naquilo que é essencial para o desenvolvimento do Concelho, não podem de forma nenhuma compactuar com essa situação de desinvestimento em estruturas económicas e sociais do concelho, que essas sim promoveriam o seu desenvolvimento sustentável. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Anabela Maria Freire de Sousa**, disse ter ficado surpreendida com as intervenções anteriores, porque, em abril, quando analisaram o Relatório e Contas do Município nenhum grupo fez qualquer intervenção, para além do PS, provavelmente não tiveram oportunidade de analisar o documento, pois as Contas Consolidadas resultam das apresentadas, individualmente, em abril. -----

Disse de seguida que o resultado negativo decorre das amortizações e depreciações, o registo contabilístico da desvalorização do imobilizado tangível e intangível do Município. -----

Os resultados operacionais, que resultam da atividade, são positivos na ordem dos 9,3 milhões de euros. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse só ter feito duas perguntas, o significado do resultado e até que ponto condiciona investimentos futuros. -----

O Presidente da Câmara, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que os resultados operacionais do último ano foram positivos, na casa do 9 milhões de euros. -----

Não podem fugir às amortizações e desvalorizações, têm gastado muito dinheiro com o registo de imóveis propriedade da Câmara que não estavam registados e sem os registos não se podem candidatar aos fundos comunitários. -----

Quanto à possibilidade de condicionar investimentos futuros, não condiciona em nada a capacidade de investimento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 - Relatório e Contas Consolidadas do Município de Valongo, do Ano 2022, tendo sido **aprovado, por maioria**, com a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 20 votos a favor, sendo: 14 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 1 voto a favor do Grupo Municipal do PAN, 1 voto a favor do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde e 1 voto a favor da Presidente de Junta da Freguesia de Valongo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Votos Contra: 1 voto contra do Grupo Municipal do CHEGA. -----
Abstenções: 10 abstenções, sendo: 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----
De seguida colocou à discussão o ponto 2.2 - Proposta de Adenda aos autos de transferência e de recursos celebrados com as Freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que a adenda, mais do que uma obrigação contratual com as juntas de freguesia não pode ser desassociada das opções do PS e PSD que, no Parlamento, fizeram aprovar a legislação. -----

Para o BE a externalização a privados de serviços públicos pode ser um claro prejuízo para o erário público, seja pelas quantias diretamente envolvidas, seja pelo serviço público diminuído ou prejudicado. -----

A política de contenção salarial na Administração Pública, com entraves à progressão na carreira profissional e manutenção de salários baixos, leva a um aumento das dificuldades que as autarquias terão de cada vez mais encontrar candidatos para os postos de trabalho necessários à execução de novas competências. -----

Paralelamente, as autarquias perante a pressão de cidadãos, e não tendo recursos humanos e financeiros suficientes para a boa execução dessas competências, como já algumas freguesias o fazem, optam por contratualizar a privados a execução dessas mesmas competências. -----

Com a opção de entrega a privados de serviços públicos, por um lado retira pressão aos executivos na medida em que os responsáveis diretos são os privados, concessionários dessas competências, mas não anula a responsabilidade das autarquias no serviço prestado, pois continuarão a ser, indiretamente, responsáveis. -----

Atendendo a que a transferência de competências do Município para as Juntas de Freguesias resulta de acordo entre as partes, e não tendo sido denunciado essa transferência de competências ou de qualquer uma delas, continuarão atentos ao processo, tendo em vista a salvaguarda dos serviços prestados à população, exigindo-se a melhoria desses mesmos serviços. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a Câmara tem uma aplicação onde se quiserem fazer uma queixa, vão a gestão de resíduos, limpeza e conservação do espaço público, se essa a parte da manutenção e limpeza de ecopontos passa às juntas, havendo uma reclamação de um Município como vai a Câmara fazer com que a reclamação seja resolvida. -----

Questionou, de seguida, que vai fiscalizar se a limpeza está a ser feita, pois, parece-lhe, que as juntas não conseguem ter força suficiente para conseguir ter uma limpeza eficaz, força suficiente de mão de obra e exigência para com as empresas que contrataram para que as coisas sejam bem feitas. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Siva**, disse que em Conferência de representantes o Presidente da Junta de Ermesinde referiu que o trabalho não está a ser feito da melhor forma possível, a empresa que o deveria fazer não faz por falta, essencialmente, de trabalhadores em número suficiente, situação que já foi referida há um ano numa Assembleia de Freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, questionava o que têm os valonguenses a ver com o facto de a empresa não ter trabalhadores suficientes e não fazer o trabalho como é suposto fazer. -----

Foi, também, referido que a recolha seletiva está a criar alguns problemas, com a retirada de molocks em algumas zonas, as pessoas que não adotaram o sistema de recolha seletiva, estão a depositar os resíduos domésticos nos contentores de recolha seletiva ou no chão junto aos muros. -----

Perguntava qual vai ser a política da Câmara em termos de recolha seletiva e a retirada dos molocks, em Ermesinde existem estruturas residenciais muito diferentes. -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, **Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima**, disse que está a haver alguma confusão em relação ao documento que estão a votar, em relação às transferências e aos acordos de transferência. -----

Disse de seguida que se trata de uma adenda, de aumento de algumas verbas para as juntas de freguesia que tem a ver com o que está na lei. -----

A transferência de competências é do Governo Central que quer transferir para as autarquias novas competências, depois existe as transferências entre as autarquias. -----

O documento tem a ver com os funcionários que foram transferidos da Câmara Municipal de Valongo para as Juntas de Freguesia, estão a falar de três juntas, a Junta de Freguesia de Campo e Sobrado não está envolvida uma vez que não recebeu funcionários. -----

Trata-se de aumentos salariais e a DGAL deixar de transferir o dinheiro para a Câmara para o transferir diretamente para as juntas de freguesia, não tem a ver com a forma como adjudicam ou fazem o serviço, não tem a ver com a forma como limpam as ruas, mas sim tem a ver só com os recursos humanos e os aumentos salariais. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que na verdade estão a discutir uma adenda, mas, também, têm a possibilidade de fazer um pouco de avaliação do que tem sido a transferência de competências, discutirem e poderem ter algumas propostas de melhoria, aceitar o que não está bem e fazer melhor. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Siva**, disse os aumentos salariais são dos funcionários das juntas, essa massa salarial tem a ver com a transferência de competências para as juntas de freguesia, em que foram transferidos trabalhadores. -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, **Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima**, disse os funcionários eram todos da Câmara Municipal, os que entenderam ficar nas juntas ficaram por vontade própria, os que não quiseram voltaram para a Câmara. -----

As juntas não receberam as verbas referentes aos aumentos salariais desses funcionários, que agora são das juntas, esse dinheiro em vez de ir para a Câmara Municipal passa a ser transferido pela DGAL diretamente para as juntas de freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Informou de seguida que os acordos são reversíveis por acordo das partes. -----
Quanto à fiscalização, a fiscalização é feita pela população, pelos Membros da Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal, pois as juntas têm a mesma autonomia que a Câmara Municipal. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por informar que a limpeza dos ecopontos é da responsabilidade de Câmara e não das Juntas de Freguesia. -----

Disse de seguida que o assunto em discussão se trata de competências que hoje são das juntas de freguesia. – Relativamente aos molocks, nas zonas onde é entregue contentorização após um período são retirados os molocks. -----

Na área da Lipor foram os primeiros, em 2016, a fazer a recolha seletiva, um trabalho difícil que ninguém gosta, pois implica mudar comportamentos, quando entregam os contentores, mas mantém a possibilidade do colocar o lixo nos molocks uma grande parte das pessoas não mudam o comportamento, daí a necessidade de após um período os molocks serem retirados pois é a única forma das pessoas mudarem de comportamento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 - Proposta de Adenda aos autos de transferência e de recursos celebrados com as Freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, tendo sido **aprovado, por maioria**, com 23 votos a favor, e abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD e 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, fez a seguinte Declaração de Voto.
Declaração de Voto -----

Aquilo que chega deste ponto, a quem nos ouve e a quem nos assiste lá em casa, é a proposta de adenda, aos autos de transferências e de recursos celebrados com as freguesias, nada mais diz. -----

Isto é muito simples, poupa trabalho à Câmara e é mais justo para com as juntas, e todos nós entendem isso, se não seria a Câmara a receber o dinheiro e depois ia ter que o devolver às juntas, porque era devido às juntas.

Mas, como noutras situações, pela parte do Bloco de Esquerda, são críticos e continuarão a ser críticos em passar serviços públicos para privados, sabendo que há autarquias que já o fazem e muito provavelmente, devido àquelas condições, enunciadas, outras o irão fazer e o mínimo que é exigível, é que se faça uma contextualização para com quem nos assiste saiba por que razão é que neste caso o Bloco de Esquerda vota a favor. -----

E o Bloco de Esquerda vota a favor deste ponto na assembleia por uma razão muito simples, porque se trata de uma norma imperativa da Lei em que é só para canalizar o dinheiro que vem da DGAL para quem de direito. -----

O presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.3 – Casa da Democracia Local – Autorização Prévia da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que o BE sempre reconheceu a necessidade de a Autarquia de Valongo possuir instalações próprias, mas sempre criticou a possível megalómana proposta apresentada e aprovada pelo Município. -----

Em dezembro de 2020, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Valongo, sob proposta da Câmara Municipal, a autorização para a contratação de um empréstimo, junto da Caixa Geral de Depósitos, até ao montante de 10,5 milhões de euros, para construção da Casa da Democracia Local. -----

A obra começou e derrapou, a pandemia certamente influenciou, mas não deve de ter sido só e apenas a pandemia a causa do estado atual da construção da Casa da Democracia Local. -----

O executivo municipal, como é normal, possui a informação que baliza os procedimentos do próprio executivo, as forças políticas, representadas na Assembleia Municipal de Valongo, têm de decidir no que a lei lhes confere, no superior interesse dos munícipes de Valongo, pois foi esse o mandato que o eleitor atribuiu. -----

Na proposta apresentada, a obtenção da autorização prévia para a realização de investimento através de empréstimo até ao montante de 14 milhões e 840 mil euros, valor que tem afetação para o futuro, ou seja, é para investimento após a sua aprovação. -----

O calendário da aplicação com o valor de 212 mil euros em 2023, 12 milhões e 720 mil em 2024, 1 milhão e 800 mil em 2025, seria conveniente obter por parte do executivo municipal alguma informação complementar, nomeadamente relacionada com o encargo já suportado pela autarquia. -----

Atendendo que a Assembleia Municipal de Valongo autorizou a Câmara a contrair empréstimo até 10 milhões e meio em 2020, o BE pretende saber qual o montante utilizado, via essa autorização, pois só assim poderão avaliar o custo estimado da construção da Casa da Democracia Local. -----

O BE mantém a convicção de que se trata de uma obra megalómana, tendo em conta as crises financeiras cíclicas das últimas décadas, assim como o crescente aumento das taxas de juros e inflação extremamente elevada e por o suporte financeiro se basear, na sua maioria, em empréstimos bancários. -----

Por outro lado, o BE não quer que Valongo volte aos tempos idos, de muitos edifícios abandonados a meio da construção, assim e atendendo que a Casa da Democracia Local na sua atual forma deriva da escolha exclusiva do executivo e do PS, e atendendo a que o BE não quer o renascimento de monstros inacabados de construção no município de Valongo, o voto será a abstenção. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que neste momento estão executados 3 milhões de euros, para além do valor que vai ser aberto para concurso de 14 milhões de euros, ou seja, são os 3 milhões mais os 13 milhões de euros. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que na Assembleia Municipal de 17 de dezembro de 2020 foi aprovado um empréstimo de 10 milhões 520 mil euros, na altura o CHEGA não tinha representação da Assembleia Municipal, portanto não tinha conhecimento do que estava em causa na altura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Verificou que, relativamente à casa da Democracia Local, em 2020 a rubrica tinha um montante executado de 1 milhão 317 mil euros, em 2021 um montante executado de 966 mil euros, em 2022 um montante de 3 milhões 634 mil euros, o que dá um total de praticamente 6 milhões de euros. -----

Assim, perguntada se nesses montantes estavam incluídos os projetos, licenciamentos, taxas, maquetes e construção. -----

Questionou se em 2023 já tinha sido executado mais algum valor além dos que referiu. -----

Disse, de seguida, que no orçamento de 2022/2023 existe um campo para a Casa da Democracia Local onde tem mobiliário, equipamentos, equipamentos informáticos, etc., que estavam orçamentados em 2022 por 5 milhões e 300 mil euros, em 2023 o equivalente a essa rubrica, as mesmas designações, constava apenas 1 milhão e 800 mil euros, gostaria de saber se houve alguma alteração. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que o que está consumado está, em tempo oportuno tiveram oportunidade de se pronunciar sobre a necessidade de uma Câmara com aquela dimensão. -----

A construção da nova Câmara está em movimento e não será o Nós Cidadãos que vão obstaculizar. -----

Questionou de seguida se a Câmara tem a certeza e se tem razão no despedimento do empreiteiro; se haverá um critério mais rigoroso com a empresa que vier a ganhar o concurso. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que o PSD não quer a obra parada, quer sim que se pense antes de dar os passos. -----

A obra foi posta concurso por 11 milhões e 700 mil euros e o concurso ficou deserto, entendiam os empreiteiros que esse valor não chegava para fazer a obra. Depois no segundo concurso a obra foi adjudicada por 10 milhões e 700 mil euros, por menos 1 milhão de euros, era espectável que algo corresse mal. -----

Disse de seguida que o PSD em campanha não inventou os 20 milhões de euros porque achou bonito, mas sim porque percebeu que no mínimo seria o custo daquela obra. -----

Com o COVID e a guerra na Ucrânia o empreiteiro não conseguiu fazer, não é justificação, já era previsto que a obra custaria muito mais. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que em 1836 foi criado o concelho de Valongo, as instalações eram onde é, atualmente, o Museu Municipal onde estiveram cerca de 38 anos em instalações arrendadas, em 1874 o rei autorizou a aquisição do edifício da Câmara Municipal; em 1935 foi proposto um projeto de ampliação do edifício, que em 1936 o Ministério das Obras Pública chumbou; e, 1964 apareceu um projeto para um novo edifício onde é, hoje, o Vallis Longus, projeto que foi rejeitado pelo Ministro das Obras Públicas; em 1971 volta a haver uma proposta para um novo edifício no mesmo local que também foi chumbada, ou seja antigamente dependiam do Ministério das Obras Públicas, hoje dependem deles mesmos.

Disse de seguida que, face ao reiterado incumprimento contratual por parte da empresa responsável pela construção da Casa da Democracia Local a Câmara Municipal avançou com a resolução do contrato da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

empreitada, fez a tomada de posse administrativa, e foi aprovado o acionamento das cauções prestadas pelo empreiteiro, de forma a lançar novo concurso público. -----

A empreitada deveria estar concluída em agosto do corrente ano, estão praticamente em julho e está com um atraso irrecuperável, daí, em março, ter sido determinada a aplicada uma sanção contratual no valor de 870 mil euros, ao mesmo tempo emitiram uma ordem de reforço de meios de produção que não foi cumprida pelo empreiteiro. -----

O atraso da obra deveu-se à manifesta incapacidade do empreiteiro que nunca alocou à execução da obra os meios previstos no contrato. -----

Portanto, registaram-se sucessivos incumprimentos das cargas, de mão de obra de pessoal técnico, conduzindo a um défice na velocidade e qualidade da construção, consequentemente a atrasos na contratualização de subempreiteiros e nos pedidos de aprovação dos materiais e equipamentos. -----

Sobre a palavra megalómana, tem vários significados, pode ser exagero, pode ser grande, em relação ao exagero o futuro o dirá, quanto a ser grande sim é uma obra grande. -----

A obra que vão lançar, já pagaram 3 milhões de euros, com os 14 milhões e 800 mil euros, dá 17 milhões e 800 mil euros; pagaram pelo terreno 1 milhão e 350 mil euros; para a informática 1 milhão e 845 mil euros, situação em que vão apresentar candidatura a fundos comunitários; mobiliário, o que dá um total de cerca de 22 milhões e 800 mil euros, já com IVA, ou seja ultrapassará os 20 milhões de euros. -----

Vai ter uma área de 2.900 m2 de cave, acima da cave uma área de 8.700 m2, um total de 11.600 m2. -----

Fizeram um empréstimo de 10 milhões de euros que com a resolução do contrato vai cair, pagaram cerca de 4 milhões de euros ao empreiteiro. -----

Quanto às garantias da Câmara em que a decisão favorável do Tribunal, tomaram a decisão com base naquilo que era o contrato, respeitaram a lei, existe um motivo gravíssimo que deu origem à cessação do contrato quando o empreiteiro decide parar a obra, que foi o que aconteceu, houve fiscalização da Câmara, fiscalização privada e fiscalização do empreiteiro, a decisão foi tomada com factos reais e objetivos, designadamente o incumprimento contratual. -----

Avançaram com a resolução do contrato, a tomada de posse administrativa, ainda não acionaram as garantias bancárias, mas vão acionar. -----

Agora vão avançar com o processo de concurso público, quando chegar a hora vão interpor uma ação em Tribunal para serem ressarcidos com uma indemnização. -----

Disse de seguida que houve um concurso público, houve uma fase de erros e omissões, a empresa que ganhou quando lançaram o segundo concurso que foi no valor de 11 milhões e 700 mil euros, a empresa que ganhou fez uma proposta de 10 milhões e 700 mil euros, 1 milhão abaixo, porque não tinha Alvará para mais, situação da qual tomaram conhecimento posteriormente. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que não têm dúvidas quanto à necessidade de um edifício que confira dignidade ao desempenho das funções da Autarquia, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

requeira um investimento financeiro adequado à necessidade de valorização do trabalho, mas, também, adequado à situação financeira da Autarquia e do país. -----

Não estão contra, na sua opinião estão a gastar um valor muito superior às possibilidades. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que o PSD tinha razão quando dizia que a Câmara iria custar mais de 20 milhões de euros. -----

Disse de seguida que poderia ser feita uma obra por metade do preço, a questão não é a necessidade, mas sim o valor. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.3 – Casa da Democracia Local – Autorização Prévia da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, tendo sido **aprovado, por maioria**, com a seguinte votação:

Votos a Favor: 20 votos a favor, sendo: 14 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 1 voto a favor do Grupo Municipal do PAN, 1 voto a favor do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde e 1 voto a favor da Presidente de Junta da Freguesia de Valongo. Abstenções: 11 abstenções, sendo: 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à consideração da Assembleia a realização de uma segunda reunião no dia 7 de julho de 2023, o que foi aceite por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 2.1, 2.2 e 2.3, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

O 2.º Secretário: _____